



MARINHA DO BRASIL
HOSPITAL CENTRAL DA MARINHA

APENSO E – DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

1.1 Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais, para este Processo Administrativo, quanto a inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21, ao art. 6º da Instrução Normativa nº 01/2010 da SLTI/MPOG e ao Decreto nº 7.746/2012, a contratação deverá observar os seguintes requisitos:

1.1.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

1.1.1.1 A empresa deverá cumprir o objetivo de promoção do “desenvolvimento nacional sustentável” contido no Decreto nº 7.746 de 05 de junho de 2012, principalmente conforme o artigo 4º e seus incisos conforme abaixo:

1.1.1.2 A empresa deverá prever e adotar, no que couber, as práticas de sustentabilidade, conforme IN 01 – SLTI/MPOG, de 19 de janeiro de 2010, em seu artigo 5º e incisos:

“Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outras:

I – baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;

VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais

VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e

DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

VIII – utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

ISABELA GIARDINI
Primeiro-Tenente (RM2-S)
Presidente da Comissão de Gestão Ambiental